

## A FORMAÇÃO DA REDE URBANA DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII: NOTAS DE PESQUISA<sup>1</sup>

Tiago Cargnin Gonçalves

Doutorando em Geografia pela UFPB e Docente IFPE, *campus* Barreiros

tiagocargnin@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho problematiza a limitada criação de vilas na capitania de Pernambuco durante o século XVIII, apesar da sua importância econômica, política e eclesiástica junto às Capitanias vizinhas, chamadas de Anexas. O artigo discute o uso dos conceitos de urbanização e de rede urbana para a análise de processos ocorridos durante o período colonial, especialmente em Pernambuco, e apresenta uma revisão de literatura acerca do estudo sobre redes urbanas em tempos pretéritos, com destaque para trabalhos que tratam do século XVIII e versam, direta ou indiretamente, sobre Pernambuco. É perceptível uma carência de trabalhos sobre a formação da rede urbana da antiga capitania de Pernambuco durante o Setecentos, com a qual este trabalho pretende contribuir para diminuí-la.

Palavras-chave: rede urbana; Pernambuco; urbanização.

GT – “07”: “Geografia Histórica Urbana”

---

<sup>1</sup> Trabalho orientado pela Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia (UFPB).

## 1. INTRODUÇÃO: A “FRAQUÍSSIMA” URBANIZAÇÃO DE PERNAMBUCO COMO PROBLEMÁTICA

[...] choca-nos a fraquíssima urbanização de Pernambuco: uma só vila – a do Recife, no decurso de todo um século, fato realmente impressionante para o qual não conseguimos encontrar explicação satisfatória (mesmo levando em conta o caráter antiurbano dos engenhos de açúcar), mormente se verificamos o que se registrou no Ceará e, em escala menor, nos demais atuais Estados do Nordeste Oriental. (AZEVEDO, 1992[1956], p. 48).

Retirado do artigo clássico de Azevedo (1992[1956]) sobre a fundação de vilas e cidades no Brasil colonial, o excerto acima constitui o ponto de partida das inquietações que fundamentam este trabalho, que é parte da pesquisa de doutorado do autor, ainda em curso. Destaco dois elementos que considero importantes para a compreensão da problemática aqui apresentada a partir do trabalho de Azevedo (1992[1956]): primeiramente, o autor chama a atenção para o fato de nenhuma vila ter sido criada em Pernambuco durante o século XVIII, à exceção do Recife, ainda que 118 vilas e três cidades tenham sido instaladas no Brasil do Setecentos;<sup>2</sup> e, em segundo lugar, o autor associa o processo brasileiro de urbanização estritamente à fundação de vilas e cidades, desconsiderando outros tipos de nucleação urbana.

Em relação ao primeiro elemento destacado no parágrafo anterior, apesar da contundência da afirmação, apresento dois pontos que relativizam a “fraquíssima” urbanização de Pernambuco durante o século XVIII destacada por Azevedo (1992[1956]): em primeiro lugar, a adoção dos territórios estaduais existentes em meados do século XX – momento de escrita do texto – como referência espacial de análise desconsidera as fronteiras das antigas capitanias e províncias, o que pode induzir a uma compreensão equivocada do quadro urbano pretérito de uma determinada capitania. A capitania de Pernambuco setecentista, por exemplo, além do atual território pernambucano, contemplava os atuais estado de Alagoas e oeste da Bahia;<sup>3</sup> e ii) a existência de trabalhos posteriores ao de Azevedo (1992[1956]), provavelmente amparados em novas fontes documentais, que reconhecem a criação de três vilas “de índio” no interior do atual território de Pernambuco durante o século XVIII – as vilas de Assunção e Santa Maria, erigidas em ilhas situadas no médio curso do Rio São Francisco, na divisa entre os atuais

<sup>2</sup> Um quantitativo expressivo, sobretudo de vilas, se comparado aos séculos anteriores: 14 vilas e três cidades no século XVI e 37 vilas e quatro cidades no século XVII. Como pontuado por Azevedo (1992[1956]), Recife situava-se no litoral e cumpria a função de principal porto exportador da cana produzida na própria capitania e nas vizinhas.

<sup>3</sup> Considero a ponderação importante porque, durante o século XVIII, foram fundadas duas vilas em Alagoas (Vila Real de Bragança, atual Atalaia, em 1764; e Poxim, em 1799) e uma vila no oeste da Bahia (São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, atual Barra, em 1752).

estados de Pernambuco e Bahia, e Simbres, localizada no sopé da Serra do Ararobá, no Agreste de Pernambuco (NEVES, 2003; DERNTL; CARVALHO, 2010; ARRAES, 2017).

Feitas as ressalvas à constatação de Azevedo (1992[1956]), chamo a atenção para um momento específico do século XVIII de elevada importância para a criação de vilas: o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, entre 1750 e 1777,<sup>4</sup> quando foram fundadas 60 vilas na América Portuguesa, o que corresponde a 50,8% do total criado no século (AZEVEDO, 1992[1956]). As já citadas vilas de Assunção, Santa Maria e Simbres são desse período, embora essa quantidade contraste com o número de vilas criadas, no mesmo interstício, em outras capitanias, como a Bahia (13) e o Ceará (9).

A problemática da limitada criação de vilas em Pernambuco durante o século XVIII, chamada por Azevedo (1992[1956]) de “fraquíssima” urbanização, é a questão central deste trabalho, que apresenta algumas análises realizadas pelo autor até o presente momento da pesquisa de doutorado. O trabalho está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, exponho alguns aspectos da ocupação do território pernambucano nos três primeiros séculos de colonização, sobretudo durante o Setecentos; na segunda parte, problematizo o uso dos conceitos de urbanização e de rede urbana para análises referentes ao período colonial, como no caso da ocupação do território pernambucano durante o Século XVIII; e, na terceira, apresento uma breve revisão de literatura acerca do estudo sobre redes urbanas em tempos pretéritos, com destaque para trabalhos que tratam do Setecentos e, particularmente, que trazem informações referentes a Pernambuco.

## **2. URBANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PERNAMBUCANO NO SÉCULO XVIII**

Pesquisas como as de Delson (1997[1979]), Flexor (1998; 2017), Teixeira (2005) e Derntl e Carvalho (2010) analisam detalhadamente a criação de vilas e cidades no período pombalino (1750-1777). Destaco a de Flexor (2017), para quem o governo de Pombal coincidiu com o aumento do interesse de Portugal pelas possessões americanas, promovendo uma política de repovoamento e de reurbanização destinada às áreas interioranas da colônia, tanto as recém-

---

<sup>4</sup> O Marquês de Pombal foi Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1755) e Secretário dos Negócios Interiores do Reino (1756-1777).

conquistadas pelo Tratado de Madrid (1750) quanto os “sertões”<sup>5</sup> das capitânicas pioneiras ainda dominados por grupos indígenas. A autora sublinha o projeto normatizador direcionado às populações autóctones, que elevou diversas aldeias às categorias de povoação e de vila. Esse processo de dominação ajuda a explicar a grande quantidade de vilas fundadas no governo de Pombal, ainda que apenas três situadas na capitania de Pernambuco: as vilas “de índio” de Assunção e Santa Maria, em 1761, e de Simbres, em 1762.

A fim de evidenciar o caráter político da criação de vilas e cidades no período colonial e, principalmente, de problematizar a sua fraca ocorrência em Pernambuco, apresento algumas considerações sobre as características desses núcleos urbanos. Enquanto as vilas podiam ser criadas pelos donatários e governadores e pela própria Coroa, a fundação de cidades era uma prerrogativa exclusivamente real. Segundo Abreu (1997, p. 214), as diferenças entre vilas e cidades eram jurisdicionais e não hierárquicas: “As cidades, por serem da Coroa, eram chamadas de cidades reais, mas nem todas alcançaram o papel de comando que o título lhes conferia. Por outro lado, o *status* de vila não diminuía a importância de um centro urbano.”

Diferentemente de núcleos menores, como arraiais, missões, aldeamentos e povoações,<sup>6</sup> as vilas e cidades eram as únicas aglomerações que constituíam a sede de uma jurisdição territorial. Dispunham de um governo local e deveriam dispor de uma casa de câmara e cadeia e de um pelourinho, geralmente situados em torno da praça central. Contudo, apenas as cidades eram dotadas de um estatuto independente, “[...] somente podendo ser fundada[s] em terras próprias alodiais, isto é, terras que só estavam subordinadas ao rei. Enfim, somente a cidade podia ser a sede de uma arquidiocese. Os arcebispos, nobres de primeira categoria, deveriam morar necessariamente nestas terras” (TEIXEIRA, 2003, p. 56).

A criação de vilas e cidades implicava a fixação de funcionários da Coroa nesses lugares, além da implantação de poderes locais autônomos em relação às câmaras das vilas ou cidades a que os territórios dos novos núcleos se vinculavam antes de se tornarem independentes. Para Azevedo (1992[1956]), essa função político-administrativa foi uma das

---

<sup>5</sup> Segundo Arraes (2017), a definição do termo “sertão” é controversa. Até o final do século XIX, de uma forma geral, o termo “sertão” era utilizado para designar áreas desconhecidas e a serem ocupadas. Não havia correspondência direta, como se costuma estabelecer hoje, entre o termo “sertão” e a região semiárida brasileira.

<sup>6</sup> De acordo com Teixeira (2003), os arraiais tinham origem militar e se instalavam em áreas não ocupadas por colonos. As missões, por sua vez, visavam a reunir e catequizar as populações indígenas. Quando se fixavam, as missões costumavam se chamar aldeamentos. Já as povoações eram núcleos mais desenvolvidos, apresentando geralmente uma capela, uma praça central e, em alguns casos, um cemitério. Devido a essa estrutura prévia, era comum a elevação de povoações à categoria de vila.

principais atribuições dos núcleos urbanos coloniais, juntamente com as funções comercial e religiosa, isto porque os “[...] aglomerados urbanos eram, antes de tudo, o lugar onde se faziam as compras indispensáveis ao bem-estar dos habitantes e onde se realizavam os negócios, como também o ponto de concentração da vida religiosa” (AZEVEDO, 1992[1956], p. 63).

É perceptível que havia um conteúdo exclusivamente urbano atribuído às vilas e cidades, que se pautava nas suas funções político-administrativa, comercial e religiosa. No entanto, como destacado por Azevedo (1992[1956]) e Teixeira (2003), muitas vilas e cidades não passavam de pequenas aglomerações, com população reduzida e uma economia urbana limitada. Isso me faz retomar o segundo elemento mencionado no primeiro parágrafo deste trabalho: é possível compreender a criação de vilas e cidades coloniais como um processo de urbanização, tendo em vista o limitado caráter urbano existente à época? Retomarei esse debate adiante. Por ora, cabe lembrar que, como ressalta Azevedo (1992[1956]), durante o século XVIII, a criação de vilas e cidades ocorreu em diversas capitanias, mas se deu de maneira pouco expressiva em Pernambuco.

Durante os dois primeiros séculos de colonização, o caráter autárquico do complexo açucareiro, minuciosamente analisado por Furtado (2007[1959]), contribuiu para a existência de poucos núcleos urbanos na capitania de Pernambuco. Eles estavam concentrados nas áreas litorâneas e, em alguns casos, às margens dos rios situados na Zona da Mata. Outro elemento importante para a manutenção dessa concentração foi a invasão holandesa durante a primeira metade do Seiscentos, que ampliou a produção de açúcar e consolidou a povoação do Recife como cidade-capital do Brasil Holandês. Esse quadro começou a se alterar após a expulsão dos holandeses, em 1654, quando se estimulou a ocupação do interior, sobretudo via atividade pecuária, e se efetivou uma maior presença da Coroa no território (ANDRADE, 1979[1978]; 2004).

No final do século XVII, portanto, a capitania de Pernambuco contava com três vilas (Olinda, Igarassu e Formosa),<sup>7</sup> algumas povoações (Muribeca, Cabo, Ipojuca, Várzea do Capibaribe, São Lourenço da Mata, Nossa Senhora da Luz e Santo Antônio da Mata) e três aldeamentos indígenas (Nossa Senhora da Escada, São Gonçalo do Una e São Miguel dos

---

<sup>7</sup> Além das duas vilas da capitania de Itamaracá (Goiana e Conceição de Itamaracá), que eram estritamente vinculadas à capitania de Pernambuco. Segundo Andrade (2004, p. 30), Itamaracá era uma “[...] capitania frustrada, que teve grande parte do seu território desmembrado para formar, em 1585, a capitania da Paraíba, ficando durante mais de um século sob a dependência total de Pernambuco, a cuja capitania foi anexada em 1763”.

Barreiros). Some-se a essas nucleações urbanas as duas vilas da capitania de Itamaracá (Goiana e Conceição de Itamaracá), que eram estritamente vinculadas à capitania de Pernambuco. Segundo Andrade (2004, p. 30), Itamaracá era uma “[...] capitania frustrada, que teve grande parte do seu território desmembrado para formar, em 1585, a capitania da Paraíba, ficando durante mais de um século sob a dependência total de Pernambuco, a cuja capitania foi anexada em 1763”. Ainda de acordo com Andrade (1979[1978]), esses núcleos urbanos se conectavam por caminhos, isto é, rios navegáveis e estradas, que tinham como destino principal os portos de Olinda e Recife, onde era escoada a produção de açúcar.

Dentro dessa lógica mercantil, a importância dos núcleos urbanos cresceu lenta e gradualmente no decorrer do período colonial, resultado de uma economia urbana em formação e da necessidade de criação de novas povoações, as quais garantiam maior presença dos representantes da Coroa no território em dominação. Segundo Reis Filho (1968), foi somente a partir do século XVIII que os espaços urbanos se tornaram mais numerosos e adquiriram maior protagonismo na economia colonial, dando origem a configurações regionais que se observam ainda hoje na rede urbana brasileira.

Defendo que havia uma rede urbana em formação na capitania de Pernambuco durante o Setecentos, apesar das suas condições iniciais e precárias. Suas vilas e cidades integravam uma rede comercial que conectava os núcleos urbanos coloniais interna e externamente, haja vista o comércio marítimo com a metrópole. Ademais, trabalhos como os de Prado Júnior (1986[1945]), Andrade (1979[1978]; 2004) e Wehling e Wehling (2005[1994]) reforçam a centralidade política e econômica da capitania de Pernambuco durante o Brasil Colônia. No decorrer do século XVIII, por exemplo, Pernambuco foi uma “capitania-geral”, exercendo jurisdição eclesiástica e política sobre outras capitanias, chamadas de anexas, a exemplo do Ceará (1656 a 1799), do Rio Grande (1701 a 1817) e da Paraíba (1675 a 1799) (ANDRADE, 2004). As ordens para criação de vilas e cidades nessas capitanias partiam do governo de Pernambuco, o que parece contraditório, tendo em vista que essa prática não implicou uma urbanização, entendida como a criação de vilas e cidades, mais efetiva do território pernambucano.

As capitanias anexas também se relacionavam com Pernambuco por questões econômicas, já que os principais centros produtores e o maior porto exportador de açúcar estavam no seu litoral. Além disso, a atividade pecuária, amplamente difundida nas capitanias

anexas, foi basilar no apoio às produções açucareira, na diversificação alimentar e, principalmente, na ocupação do sertão.

Apesar do escasso capital investido e da pouca mão de obra demandada, a pecuária foi fundamental para a ocupação dos sertões nordestinos (PRADO JÚNIOR, 1986[1945]; ANDRADE, 1979[1978]; 2003; 2004). Com base no trabalho de Capistrano de Abreu, Wehling e Wehling (2005[1994]) e Andrade (2003; 2004) reconhecem duas correntes de povoamento do sertão: uma que se originava em Salvador e acompanhava o curso do rio São Francisco até alcançar o sul do Piauí e do Maranhão – os “sertões de dentro”; e outra que partia de Olinda e, pelo litoral, subia em direção ao Rio Grande do Norte e seguia até o Maranhão, além de descer para o sul do Ceará – os “sertões de fora”. As duas correntes se encontravam no sul do território cearense. É notório que a corrente pernambucana de ocupação não adentrava o sertão no sentido Leste-Oeste, ou seja, não acompanhava a forma longitudinal da capitania. Conforme Andrade (2004), esse fato gerou uma controvérsia a respeito da ocupação do interior do estado, isto é, se ela foi realizada por pernambucanos ou por baianos.

Baseando-se em Gonsalves de Melo, Andrade (2004, p. 81) explicita as rotas de ocupação do interior pernambucano durante o século XVIII, ressaltando que havia, no percurso, “[...] várias fazendas de criação de gado, tendo a agricultura como atividade secundária, e numerosos pequenos povoados”. Havia a Rota do Capibaribe, que subia o curso desse rio a partir do Recife, atravessava o interflúvio e atingia o Pajeú, passando por fazendas e povoados, como Flores, Serra Talhada e Cabrobó, e chegando ao rio Carinhanha; e a Rota do Ipojuca, que seguia do Recife a Vitória de Santo Antão, descia para Buíque, Tacaratu e alcançava o São Francisco em Boa Vista, seguindo até a barra do rio Carinhanha.<sup>8</sup>

Em que pese a relevância das fazendas e povoados elencados por Andrade (2004), nenhum deles foi elevado à condição de vila durante o século XVIII, o que remete, mais uma vez, à problemática apresentada neste trabalho. Ressalto que a preocupação com a criação limitada de vilas em Pernambuco não é meramente quantitativa, haja vista a relevância estratégica desses núcleos. Também não desconsidero a importância de outros aglomerados urbanos, como povoações, arraiais, missões e aldeamentos. Aliás, sobre esse ponto, Marx (1991) chama a atenção para as freguesias e capelas como nós significativos da rede urbana

---

<sup>8</sup> O rio Capibaribe nasce na Mesorregião do Agreste Pernambucano, no município de Poção, e alcança o Oceano Atlântico no município do Recife. Já o rio Ipojuca tem sua nascente na Mesorregião do Sertão Pernambucano, no município de Arcoverde, e encontra o Oceano Atlântico no município de Ipojuca.

colonial, tendo em vista a expressividade do patrimônio fundiário religioso e do consequente parcelamento do solo urbano. No último quartel do século XVIII, por exemplo, a capitania de Pernambuco contava com 23 freguesias sediadas em povoações que não possuíam o título de vila ou cidade (IDEIA, 1923). Inquietante, nesse sentido, o aparente desinteresse da Coroa em fundar, para além das vilas “de índio”, núcleos urbanos que garantissem a presença dos funcionários do rei no interior do território pernambucano, como no caso das freguesias que poderiam ser elevadas ao *status* de vila. Assim, os governos português e pernambucano pouco contribuíram para que a rede urbana que vinha se estabelecendo no Brasil, durante o Setecentos, se estabelecesse de forma mais efetiva em Pernambuco.

### 3. URBANIZAÇÃO E REDE URBANA NO PERÍODO COLONIAL

Para Azevedo (1992[1956], p. 41), a ampliação do número de vilas durante o século XVIII resulta da “expansão povoadora” para o interior e da conquista de parte do Planalto Brasileiro e da Amazônia. Segundo Prado Júnior (1986[1945]), Reis Filho (1968), Wehling e Wehling (2005[1994]) e Andrade (2003), essa “expansão povoadora” estava inserida no âmbito de um projeto colonizador gestado no século XVII e que alcançou maturidade no XVIII, introduzindo mudanças qualitativas na ocupação territorial da América Portuguesa, que tinha como objetivo principal a acumulação de riquezas. A crise da economia açucareira e o início da atividade mineradora, ainda no Seiscentos, desencadearam medidas de centralização política e comercial pela Coroa, enfraquecendo o poder dos donatários e dos produtores rurais no controle das câmaras municipais e na exportação de produtos primários, como o açúcar.

Reis Filho (1968) aponta que essas transformações contribuíram para a dinamização da economia urbana colonial, estabelecendo novas diretrizes para o que o autor chama de uma política urbanizadora, considerada por ele uma parte importante da política de colonização. Inicialmente, a participação da Coroa nessa política era menos direta, pois a fundação de vilas também era uma atribuição dos donatários e eles foram responsáveis pela maioria das vilas criadas no Brasil durante os dois primeiros séculos de colonização.<sup>9</sup>

A partir da segunda metade do século XVII, com as transformações econômicas relatadas anteriormente, a Coroa assumiu uma política urbanizadora mais agressiva, o que se deu por meio: i) da incorporação à administração real de capitanias até então geridas pelos

---

<sup>9</sup> Segundo Reis Filho (1968), apenas sete dos 37 núcleos criados entre 1532 e 1650 foram fundados pela Coroa.

donatários, como a de Pernambuco; ii) da criação de novas capitânias; e iii) da fundação de inúmeras vilas, cidades e núcleos urbanos de menor importância, o que garantia a presença da Coroa, por meio de seus funcionários e representantes, em diversos pontos do território (REIS FILHO, 1968).

Para Reis Filho (1968), criar vilas e cidades durante o período colonial significava urbanizar o território. Esse entendimento, que é compartilhado por Azevedo (1992[1956]), evidencia um debate fundamental a esta pesquisa em curso. Afinal, qual o conteúdo da urbanização sucedida no período colonial brasileiro? Seria um anacronismo chamar de urbanização um processo ocorrido anteriormente à criação do próprio conceito?<sup>10</sup>

As leituras feitas até o momento apontam para um referencial teórico que permite falar de urbanização durante o Brasil Colônia. O conceito proposto por Reis Filho (1968), por exemplo, define a urbanização como um processo social que é percebido através de suas características estruturais e dos seus mecanismos de mudança, que são os mecanismos de evolução urbana. Para o autor, a urbanização também possui um sentido físico, expresso por meio de dois níveis organizacionais: os núcleos e a rede, que juntos constituem um complexo urbano. A rede urbana, nesse sentido, é um conjunto de respostas ao processo de urbanização, e os núcleos urbanos só podem ser compreendidos quando referenciados ao seu contexto mais amplo, ou seja, à própria rede.

Outro conceito basilar para esta pesquisa é o de rede urbana. Não seria possível discutir aqui a trajetória dos estudos de rede urbana na Geografia brasileira,<sup>11</sup> de todo modo considero importante retomar as contribuições de Corrêa (1994[1989]; 2006). Para o autor, a rede urbana consiste em um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, que refletem as características sociais e econômicas de um determinado território. Desse modo, a existência de uma rede urbana demanda três condições primárias: i) uma economia de mercado em que diferentes produções são trocadas entre distintos lugares; ii) a presença de pontos fixos no

---

<sup>10</sup> García-Bellido e Coudroy de Lille (2014) afirmam que o neologismo “*urbanización*” foi criado pelo engenheiro catalão Ildefonso Cerdà em 1867. O termo reunia diferentes dimensões que, no decorrer do tempo, foram atribuídas pelos autores a três acepções principais: i) um conjunto de procedimentos e métodos, além de uma doutrina, arte ou ciência. Na língua espanhola esse termo foi substituído por urbanismo na década de 1920, influência da palavra francesa *urbanisme*; ii) um processo civilizatório, uma tendência econômica e social, equivalente ao conceito de urbanização que, em português, designa o processo estudado por geógrafos e demais cientistas sociais; e iii) um tipo de bairro novo criado no subúrbio das cidades espanholas.

<sup>11</sup> Destaco os trabalhos pioneiros de Deffontaines (1944a; 1944b) e Geiger e Davidovich (1961), os textos clássicos de Santos (2012[1981]) e Corrêa (1994[1989]; 2006) e os estudos recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

território, onde as trocas mencionadas anteriormente são realizadas; e iii) a ocorrência de articulações entre esses pontos fixos do território, a fim de viabilizar a execução das trocas comerciais. Para Corrêa (1994[1989], p. 7):

A articulação resultante da circulação vai dar origem e reforçar uma diferenciação entre núcleos urbanos no que se refere ao volume e tipos de produtos comercializados, às atividades político-administrativas, à importância como pontos focais em relação ao território exterior a eles, e ao tamanho demográfico. Esta diferenciação traduz-se em uma hierarquia entre os núcleos urbanos e em especializações funcionais.

Os três elementos apontados pelo autor constituem um ponto de partida para análise dos núcleos urbanos coloniais durante o século XVIII, inclusive em Pernambuco. De antemão, destaco que havia vultosas trocas comerciais de açúcar entre os núcleos litorâneos, como Recife, e algumas cidades europeias, ao mesmo tempo que existiam trocas de produtos derivados da pecuária entre o interior e a área canavieira, como carne, couro e os próprios animais vivos. Também havia os pontos fixos do território, como as vilas litorâneas e os pequenos núcleos interioranos, que não se tornaram vilas durante o século XVIII, no caso de Pernambuco, mas que podiam configurar nós importantes dessa rede. Por fim, havia uma série de articulações entre esses pontos fixos, como os caminhos e os rios identificados por Andrade (2004).

Ademais, ao analisar a rede urbana em uma longa duração, como faz para a Amazônia, Corrêa (2006) propõe nove elementos a serem considerados. Destaco apenas a gênese dos núcleos urbanos e da rede urbana,<sup>12</sup> que pode ser percebida por meio de quatro aspectos: i) as condições internas e externas de criação, apropriação e circulação do excedente, e o aparecimento das primeiras cidades; ii) o papel dos diferentes agentes que participaram do processo de criação urbana; iii) o processo de articulação intra e inter-regional; e iv) a forma inicial da rede urbana e sua funcionalidade. Esses quatro critérios de análise apontam percursos metodológicos possíveis de serem trilhados, a fim de contribuir para a compreensão da rede urbana de Pernambuco no século XVIII.

Tanto o conceito de urbanização quanto o de rede urbana são frequentemente utilizados pela literatura dedicada ao estudo do urbano no período colonial brasileiro (REIS FILHO, 1968; MARX, 1991; FLEXOR, 1998; 2017; JUCÁ NETO, 2009; 2012; FRIDMAN,

---

<sup>12</sup> Os demais elementos são as funções que os núcleos desempenham; a dependência a determinados produtos; o sítio urbano; a paisagem urbana; a ampliação do número de centros da rede; o padrão espacial da rede; o papel dos diversos agentes sociais no processo produtivo; e as articulações com os espaços externos à rede (CORRÊA, 2006).

2010). Ainda que acionados para analisar temporalidades pretéritas, esses termos são fruto de concepções teórico-metodológicas adotadas na atualidade e, portanto, buscam responder a questionamentos propostos no tempo presente, o que justifica a decisão de adotá-los nesta pesquisa de doutorado.

#### **4. PERNAMBUCO NOS ESTUDOS SOBRE REDE URBANA NO SÉCULO XVIII**

O tema da urbanização brasileira durante o passado colonial vem sendo explorado em diferentes campos de conhecimento, sobretudo a partir do fim da década de 1980, como apontam Abreu (2014a[1996]), Fridman (2010) e Bueno (2012). As autoras e o autor destacam algumas contribuições fundantes desse campo de investigação, como as de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Aroldo de Azevedo, Nestor Goulart Reis Filho, Roberta Delson, Maria Helena Flexor, Murillo Marx e Mauricio Abreu, algumas, inclusive, citadas neste trabalho. No intuito de compreender a estrutura urbana colonial, essas pesquisas têm abordado tanto a dimensão intraurbana, que abrange o traçado e os grupos sociais presentes nos núcleos urbanos, quanto a interurbana, que reconhece as conexões entre os núcleos por meio de relações econômicas, sociais e político-administrativas.

Ressalto a importância pioneira desses autores e autoras ao tensionar o que Abreu (2014a[1996]) chama de interpretação usual sobre a cidade colonial brasileira, que a considera um mero ponto de controle do território. Novas análises, muitas apoiadas nos trabalhos citados, têm evidenciado, entre outros aspectos, “[...] a existência de uma extensa rede de abastecimento do mercado interno, comandada sobretudo pelos grandes comerciantes urbanos da colônia.” (ABREU, 2014a[1996], p. 234).

Essa rede de abastecimento remete à existência de uma rede urbana colonial, problemática destacada por Fridman (2010) como carente de estudos de natureza qualitativa, visto que muitos trabalhos apenas identificam os sítios escolhidos como nós da rede urbana. Além dos textos clássicos citados anteriormente, outras pesquisas vêm ampliando a produção científica dedicada a compreender as redes urbanas coloniais, com destaque para os trabalhos produzidos na área de Arquitetura e Urbanismo, sendo menor a contribuição de geógrafos/as para o debate. Limitando-me apenas a trabalhos que tratam da atual região Nordeste, cito as contribuições de Andrade (2011; 2013) e Porto (2018) sobre a Bahia, Carvalho (2008) e Soares (2012) sobre a Paraíba, Jucá Neto (2009; 2012) sobre o Ceará, Teixeira (2005; 2017) sobre o

Rio Grande do Norte, Arraes (2012; 2017) sobre o Sertão nordestino e, por fim, Derntl e Carvalho (2010), que analisam São Paulo e Pernambuco em perspectiva comparada.

Dentre os trabalhos citados, pontuo os que são tributários à perspectiva teórico-metodológica inaugurada por Reis Filho (1968), a de uma “História da Urbanização”. Carvalho (2008), Soares (2012) e Arraes (2012; 2017), por exemplo, analisam os territórios estudados por meio de um jogo de escalas que articula processos econômicos de âmbitos regional e nacional a observações detalhadas do traçado urbano. Nos termos de Reis Filho (1968), uma interpretação da rede e dos núcleos.

Arraes (2012) indica que a atividade pecuária abriu diversos caminhos pelo interior da região, os quais foram utilizados, a partir do século XVIII, para a criação de aldeamentos missionários, muitos convertidos em lugares, povoações, vilas e cidades. Na esteira de Marx (1991), destaca a importância da igreja católica na fundação de núcleos urbanos no Nordeste, vide que, a partir dos bispados, criavam-se as freguesias, as quais garantiam os registros de batismo, matrimônio e óbito. Para Arraes (2012, p. 235), no Nordeste, emergiu “[...] uma rede eclesiástica, de aglomerados urbanos, que sofreria uma lenta e considerável mutação. Esta rede precede à civil, de vilas e cidades, trata-se de um fenômeno urbano”.

Arraes (2017, p. 40), além de defender a ideia dos sertões como “[...] espaços devotados à circulação e à conexão de lugares e regiões”, apresenta uma importante contribuição ao espacializar missões religiosas, fazendas, caminhos, povoações, capelas, curatos, freguesias, julgados, vilas e cidades dos chamados Sertões do Norte,<sup>13</sup> com dados que vão de 1530 a 1820. Apesar da grande contribuição, o autor tange superficialmente as relações sociais, políticas e econômicas que deram origem a esses núcleos urbanos.

Os trabalhos de Jucá Neto (2009; 2012) evidenciam a rede de caminhos que cortava a capitania do Ceará e orientava a definição dos locais onde foram instaladas as vilas “de índios” e “de brancos”. O autor destaca a primazia da capitania de Pernambuco em relação às vizinhas, já que os fluxos das boiadas que passavam pelos caminhos e conectavam os núcleos urbanos interioranos tinham como destinos principais os portos litorâneos do Recife e da então Cidade da Parahyba. Para Jucá Neto (2009, p. 88), os caminhos “[...] foram os verdadeiros vetores da

---

<sup>13</sup> Durante o período colonial, segundo Arraes (2017), os “Sertões do Norte” correspondiam às áreas interioranas das Capitanias do Norte (Piauí, Ceará, Rio Grande, Parahyba e Pernambuco).

ocupação e do povoamento da região a oeste do açúcar, responsáveis pela integração territorial de todo o Nordeste, e deste com o restante da América Portuguesa”.

Andrade (2011; 2013) e Porto (2018) dão maior destaque à perspectiva da rede, ou seja, às conexões entre os núcleos e destes com os “nós” externos: as vilas e cidades coloniais portuguesas (dentro e fora da América) e as cidades metropolitanas. Os autores se vinculam ao campo da Geografia Histórica, de modo que é notório o rigor metodológico com o uso da Cartografia Histórica, um recurso que considero fundamental à esta pesquisa, tendo em vista a importância dos registros cartográficos pretéritos para o reconhecimento e a localização dos núcleos urbanos existentes no passado.

Seguindo as proposições metodológicas de Santos (2012[1981]) e Corrêa (2006), Andrade (2011) apresenta uma cartografia da rede urbana do Recôncavo Baiano.<sup>14</sup> Com base em vasto levantamento documental primário, o autor espacializa fluxos primários, secundários e terciários entre os núcleos da rede, constituídos a partir da troca de produtos para exportação, alimentos e madeiras, além de pessoas (militares, mercadores e religiosos). Os fluxos primários ligavam as vilas a Salvador, capital da capitania e, até 1763, de todo o Brasil; os fluxos secundários conectavam as vilas entre si, sobretudo por caminhos terrestres e fluviais; e, por fim, os fluxos terciários atrelavam as vilas aos núcleos urbanos de menor porte do seu entorno imediato. Já o artigo de Andrade (2013) aborda a formação da rede urbana em outro extremo baiano, o oeste do atual estado, que pertenceu às Capitanias de Pernambuco e Minas Gerais antes de ser incorporado ao território da Bahia.

Derntl e Carvalho (2010) realizam um estudo comparativo sobre a urbanização nas Capitanias de São Paulo (atuais São Paulo e Paraná) e de Pernambuco (mais as capitanias anexas do Ceará, Paraíba e Rio Grande) durante o período pombalino. Além de um balanço quantitativo das povoações, freguesias, vilas e cidades, o trabalho apresenta documentação sobre as ordens oficiais da capitania de Pernambuco para a criação de núcleos urbanos na própria capitania e nas vizinhas, reconhecendo três espaços de ocupação: i) os sertões do Ceará, Rio Grande e Paraíba, dependentes da pecuária e onde se fundaram “vilas de brancos” e “vilas de índios”; ii) a faixa litorânea, vinculada ao açúcar a leste e à pecuária a norte, onde foram criados apenas “vilas/lugares de índios”; iii) e os Sertões do São Francisco, que abrangiam o

---

<sup>14</sup> A rede urbana do Recôncavo Baiano foi considerada por Santos (2008[1993]) a primeira das Américas.

interior do atual território pernambucano, onde foram fundados vilas/lugares de índios, incluindo as vilas de Assunção, Santa Maria e Simbres.

Além dos trabalhos dedicados à interpretação da formação de redes urbanas no século XVIII, destaco a contribuição de Neves (2003), que centra sua análise na dimensão morfológica das cidades que integram a atual mesorregião Agreste de Pernambuco, com destaque para três delas: Cimbres, Caruaru e Bezerros. Neves (2003) chama a atenção para processos que implicaram a organização dos primeiros núcleos urbanos do Agreste, como: i) a consolidação das rotas de gado, evidenciando a importância das fazendas que ficavam pelo caminho; ii) a necessidade de pouso e de pequenos serviços voltados à atividade pecuária; e iii) a construção de capelas junto às fazendas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste trabalho indicam algumas potencialidades para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado sobre a formação da rede urbana de Pernambuco, ainda em curso. Destaco a importância dos estudos sobre urbanização e rede urbana no período colonial que, para além dos conceitos adotados, evidenciam as inúmeras conexões existentes entre o imenso território da América Portuguesa, no qual Pernambuco cumpria papel de destaque junto às Capitanias do Norte. Outro elemento fundamental diz respeito à breve revisão de literatura realizada. Apesar da carência de pesquisas que tratem especificamente da formação da rede urbana de Pernambuco, as contribuições empíricas, teóricas e metodológicas observadas no material analisado indicam processos econômicos, políticos e sociais que incluíam a capitania de Pernambuco, aos quais a presente pesquisa se dedica a complementar.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. A apropriação do território no Brasil Colonial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-243.
- \_\_\_\_\_. Pensando a cidade do Brasil no passado. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. (Org.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014a[1996]. p. 231-263.
- ANDRADE, A. B. O Modelo Espacial da Rede Urbana do Recôncavo Baiano Setecentista à luz da Cartografia Histórica. In: **Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty: CRCH/UFMG, 2011. p. 1-15.

- \_\_\_\_\_. A ocupação dos sertões no século XVIII. O caso do oeste baiano. **Geosul**, Florianópolis, v. 28, n. 55, p. 77-102, jan./jun. 2013.
- ANDRADE, M. C. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1979[1978].
- \_\_\_\_\_. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Pernambuco: cinco séculos de colonização**. João Pessoa: Grafset, 2004.
- ARRAES, D. E. A. **Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. 502 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c.1666-1820**. 2017. 528 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- AZEVEDO, A. Vilas e cidades no Brasil colonial (ensaio de Geografia Urbana retrospectiva). **Terra Livre**, n. 10, p. 23-78, jan./jul. 1992[1956].
- BUENO, B. P. S. Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2012.
- CARVALHO, J. L. **Formação territorial da mata paraibana, 1750-1808**. 2008. 261 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994[1989].
- \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico**, v. II, n. 14, p. 141-148, maio 1944a.
- \_\_\_\_\_. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico**, v. II, n. 15, p. 299-308, jun. 1944b.
- DELSON, R. M. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: ALVA-CIORD, 1997[1979].
- DERNTL, M. F.; CARVALHO, J. L. Tão longe, tão perto: uma abordagem comparada de processos de reorganização territorial nas capitânicas gerais de São Paulo e Pernambuco, 1750-1777. In: **Anais do XI SHCU**. Vitória: UFES, 2010. p. 1-17.
- FLEXOR, M. H. O. Cidades e vilas pombalinas no Brasil do século XVIII. In: ARAÚJO, R. M.; CARITA, H. (Org.). **Universo Urbanístico Português (1415-1822)**. Lisboa: CNCDP, 1998. p. 257-266.
- \_\_\_\_\_. Vilas do Brasil no século XVIII: plano escrito ou plano desenhado? In: FRIDMAN, F. (Org.). **Espaço urbano latino-americano: ensaios sobre história e política territorial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 37-62.

- FRIDMAN, F. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: \_\_\_\_\_; ABREU, M (Org.). **Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 11-36.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007[1959].
- GARCÍA-BELLIDO, J; COUDROY DE LILLE, L. Urbanización. In: TOPALOV, C. *et al.* (Org.). **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra, 2014. p. 631-640.
- GEIGER, P.; DAVIDOVICH, F. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. XXIII, n. 2, p. 263-362, abr./jun. 1961.
- IBGE. **Região de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IDEIA da população da capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, e Povoações notáveis, agricultura, numero dos engenhos, contractos, e rendimentos reais, augmento que este tem tido desde o anno de 1774 em que tomou posse o governador das mesmas capitanias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. XL, 1923.
- JUCÁ NETO, C. R. Primórdios da rede urbana cearense. **Mercator**, Fortaleza, v. 8, n. 16, p. 77-102, 2009.
- \_\_\_\_\_. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 133-163, jan./jun. 2012.
- MAIA, D. S. Geografia Histórica Urbana. **Terra Brasilis (Nova Série)**, n. 12, n.p., 2019.
- MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, EDUSP, 1991.
- NEVES, A. L. **Estudo morfológico de cidades do Agreste Pernambucano – séculos XVIII e XIX**. 2003. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- PORTO, G. C. S. Gênese e dimensões da rede de vilas e núcleos de ocupação na Bahia no Setecentos. **GeoTextos**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 89-115, dez. 2018.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961[1942].
- \_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986[1945].
- REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao Estudo da Evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira; EDUSP, 1968.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008[1993].
- \_\_\_\_\_. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012[1981].
- \_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo**. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013[1994].
- SOARES, M. S. M. **Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista**. 2012. 190 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

TEIXEIRA, R. B. Os nomes das cidades no Brasil Colonial. Considerações a partir da Capitania do Rio Grande do Norte. **Mercator**, Fortaleza, v. 2, n. 3, 2003, p. 53-60.

\_\_\_\_\_. O traçado urbano regular como discurso: as Vilas do Rio Grande do Norte na “Era de Pombal”. **Vivência**, Natal, n. 29, p. 189-206, 2005.

\_\_\_\_\_. Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia. **Confins**, n. 32, p. 1-22, 2017.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In: \_\_\_\_\_.; SILVA, S. B. (Org). **Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira**. 1999. p. 191-201.

\_\_\_\_\_. Os agentes modeladores das cidades coloniais. In: SOUZA, L. P.; RIBEIRO, N. P. (Org.). **Urbanismo colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa**. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. p. 10-25.

\_\_\_\_\_. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. 2. ed. rev. ampl. Salvador: EDUFBA, 2016[2002].

WEHLING, A; WEHLING, M. J. C. M. **Formação do Brasil colonial**. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005[1994].